



Segurança Pública

Tarcísio amplia poderes da PM e agrava insatisfação na Polícia Civil

— Medida prevê atuação de policiais militares em ações investigatórias pedidas pelo MP; para entidade de delegados, cada corporação deve se limitar às suas atribuições

PEDRO AUGUSTO FIGUEIREDO

Uma medida preparatória do governo Tarcísio de Freitas (Republicanos) para dar poder de investigação à Polícia Militar ampliou a insatisfação na Polícia Civil com a administração estadual e aprofundou a rivalidade já existente entre as corporações. As queixas dos policiais civis vão desde o reajuste salarial inferior que tiveram em 2023 até o que consideram um “escanteamento” na Operação Fim da Linha (mais informações nesta página). De flagrada na semana passada, a ofensiva do Ministério Público de São Paulo contra o Primeiro Comando da Capital (PCC) teve a participação dos policiais militares.

O quadro tem se agravado porque o atual secretário de Segurança Pública, Guilherme Derrite (PL), fez carreira na PM, enquanto a praxe é que a pasta seja comandada por nomes de fora das polícias para evitar acusações de favorecimento. Nos bastidores, Derrite é apontado como o candidato de Tarcísio para o Senado em 2026 e sua base é formada principalmente por PMs.

O subcomandante da PM, coronel José Augusto Coutinho, assinou uma ordem preparatória para que policiais militares sejam capacitados para lavrarem termos circunstanciados (TCOs) em ocorrências de menor potencial ofensivo – como furto, lesão corporal e assédio sexual – e atenderem a diligências, ou seja, ações investigatórias pedidas pelo Ministério Público ou pelo Judiciário.

Essas atribuições hoje são da Polícia Civil. O documento foi revelado pelo portal Metrô-poles, anteontem, e obtido pelo *Estado*. “A Polícia Militar esclarece que estão em curso estudos para analisar as medi-

Disputa

Causas do embate entre as duas corporações

● Reajuste

A proposta de valorização salarial dos policiais entregue pelo governador Tarcísio de Freitas à Assembleia Legislativa no ano passado acirrou a disputa entre as categorias da Segurança Pública. O texto garantia reajustes maiores aos PMs em detrimento dos policiais civis

● Diligências

Uma ordem preparatória para que os policiais militares sejam capacitados para lavra-

rem termos circunstanciados (TCOs) em ocorrências de menor potencial ofensivo e atenderem a diligências, ou seja, ações investigatórias pedidas pelo Ministério Público ou pelo Poder Judiciário, causou novo embate, já que atualmente essas atribuições são da Polícia Civil

● Operação

Delegados da Polícia Civil manifestaram insatisfação com o fato de a corporação ter sido aliada da Operação Fim da Linha, contra o avanço do crime organizado. Enquanto a Polícia Civil estava ausente, 340 policiais da Tropa de Choque da PM foram mobilizados

WERTHER SANTANA/ESTADÃO-22/1/2024



Governador Tarcísio de Freitas e o secretário Guilherme Derrite

das administrativas necessárias para eventuais adequações institucionais à elaboração do termo circunstanciado”, disse a corporação.

AGILIDADE. O governo argumenta que a medida dará mais celeridade ao atendimento das ocorrências. Hoje, os agentes têm de se dirigir até uma delegacia onde o termo circunstanciado é lavrado por um delegado. “É uma forma de ganhar tempo e aumentar a presença policial na rua”, disse Tarcísio, anteontem, em entre-

vista. “Nessas ocorrências de menor potencial, ele lava o termo circunstanciado, a própria Polícia (Militar) faz, dá celeridade, e isso não desmobiliza a guarnição que vai ter de passar às vezes horas numa delegacia esperando a lavratura de um boletim de ocorrência.”

A declaração gerou reação do Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado, que, em nota, disse que a “demora” nas delegacias apontada por Tarcísio seria resolvida se não houvesse déficit de 17 mil policiais civis no Estado. De acordo

com a entidade, a elaboração do termo circunstanciado não é “simples preenchimento de ficha”, mas uma análise da ocorrência, até para decidir se o caso é de prisão em flagrante, ofício para o qual a Polícia Civil é “treinada e formada”.

Ontem, Tarcísio negou racha entre as polícias e disse que a proposta de que a PM passe a registrar boletins de ocorrência foi negociada com a Polícia Civil. “Isso já foi discutido”, afirmou, durante evento na sede da B3, em São Paulo. “Lá na frente nós estamos discutindo também a estruturação da carreira da Polícia Civil. É organização importante.”

ATRIBUIÇÃO. Para a presidente do sindicato, Jacqueline Valadares, é preciso que o governo aposte num trabalho conjunto, mas que cada polícia atue dentro da sua atribuição. “Escantear a Polícia Civil não é o caminho. Cabe à Secretaria de Segurança Pública apostar na união entre as instituições, e não fomentar disputas e crises institucionais, que acabam afetando negativamente o serviço oferecido na ponta, para o cidadão, que tanto clama por resultados na Segurança Pública”, declarou Jacqueline.

Na avaliação do professor da FGV Rafael Alcadipani, integrante do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a medida vai sobrecarregar a PM e trará problemas, por exemplo, em casos de violência contra a mulher, já que a vítima poderá ser atendida por um policial, em vez de ser encaminhada à Delegacia da Mulher. “O aumento diferenciado já foi um problema, assim como colocar um policial militar como secretário. A impressão que dá é a de que ele (Derrite) está dando tudo para a Polícia Militar e nada para a Polícia Civil”, disse.

Há também um debate so-

bre a legalidade da medida. A PM diz na ordem preparatória e na nota ao *Estado* que foi autorizada por uma lei de 1995 a lavrar termos circunstanciados e que há jurisprudência no Supremo Tribunal Federal (STF) de que isso não configura atividade de polícia judiciária, o que, segundo a Constituição, cabe à Polícia Civil. “A medida é autorizada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e já é adotada em 17 Estados”, informou a corporação.

O advogado Fernando Capano, doutor em Direito do Estado, no entanto, entende que a ordem preparatória vai na contramão do artigo da Constituição que separa as atribuições das polícias e das leis orgânicas das duas corporações. “Elaborar TCOs e atender a requisições diretamente do MP não fazem parte do rol de atribuições da PM”, disse.

Reclamação Cabe à Polícia Civil cumprir mandados de prisão e de buscas, lembram entidades

‘PROTAGONISMO’. Policiais civis já estavam descontentes porque não participaram da Operação Fim da Linha, e a insatisfação aumentou depois que Derrite disse, em evento da PM, que a instituição assumirá o “protagonismo” no combate ao crime organizado.

“A gente não só vai assumir, junto com o Ministério Público, o protagonismo no combate ao crime organizado, como a gente vai falar que existe um serviço de inteligência da Polícia Militar que produz muita análise no combate ao crime organizado”, discursou. A fala foi publicada pelo secretário em suas redes sociais. ●

Operação contra o PCC é ‘ilegal’, afirmam delegados

A Operação Fim da Linha, ofensiva do Ministério Público de São Paulo contra a escalada do PCC, “está evadida de ilegalidades”. A avaliação é de delegados da Polícia Civil, indignados com o fato de a corporação

ter sido aliada da missão deflagrada no dia 9. Segundo os delegados, os mandados de prisão e de busca e apreensão foram cumpridos pela Polícia Militar, “em franca usurpação da competência constitucional e

legal deferida à Polícia Civil”.

O presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Estado, André Santos Pereira, disse que a PM não tem atribuição constitucional para realizar atos de polícia judiciária ou in-

vestigativa. O presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil, Rodolfo Laterza, em carta ao secretário Guilherme Derrite, alertou que a exclusão da Polícia Civil de ações como a Fim da Linha gera “instabilidades institucionais”.

A pasta de Derrite disse que incentiva a integração das for-

ças de segurança para enfrentar o crime organizado, “promovendo ações conjuntas entre Polícia Militar, Polícia Civil e outros órgãos”. “Essa colaboração não inviabiliza o trabalho da Polícia Civil, que mantém suas investigações em andamento em todo o Estado”, afirmou. ● FAUSTO MACEDO